

Turismo Rural Acessível: um estudo na região de Sobradinho - Distrito Federal (Brasil)

Accessibility Rural Tourism: a study in the region of Sobradinho - Federal District (Brazil)

DONÁRIA DUARTE * [donaria@unb.br]

ISABEL ROSA ** [belcfrosa78@gmail.com]

Resumo | Este artigo reflete sobre a relação do turismo rural na região administrativa de Sobradinho e a acessibilidade para uma inclusão social. Discute como as Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida (PDMR) são acolhidas nesses estabelecimentos, entendendo que estas são um segmento em crescimento, mas que é necessário que se ofereça uma infraestrutura física adequada às suas necessidades. Primeiramente, procurou-se realizar uma discussão teórica sobre turismo, hospitalidade, turismo rural e turismo rural acessível, bem como a realização de uma pesquisa de caráter qualitativo, exploratório e descritiva com o objetivo de descrever as características físicas de acessibilidade dos estabelecimentos rurais localizados na Rota do Cavalo - roteiro turístico localizado em Sobradinho. Nas conclusões, foi diagnosticado que os estabelecimentos não estão preparados para receber pessoas com deficiência, necessitando de orientações sobre como proceder com as adaptações necessárias. Aconselha-se o aprofundamento das pesquisas sobre o tema, de modo a favorecer o conhecimento e uma prestação de serviço com melhor qualidade, para que o turismo rural seja um potencializador de inclusão social.

Palavras-chave | Turismo rural, acessibilidade, hospitalidade, rota do Cavalo, Sobradinho

Abstract | This article reflects on the relation of rural tourism in the administrative region of Sobradinho and the accessibility for a social inclusion. It discusses how people with disabilities or reduced mobility are welcomed in the establishments in this area, considering that people with disabilities and reduced mobility are a growing segment, and it is necessary that the establishments offer proper infrastructure to their needs. First, a theoretical discussion about tourism, hospitality, rural tourism and accessible rural tourism is made, as well as a qualitative, exploratory and descriptive research looking to describe the physical characteristics of accessibility of rural establishments located at the Rota do Cavalo - tourist route located in Sobradinho. In the conclusions, it was diagnosed that the establishments are not prepared to receive people with disabilities or reduced mobility, needing guidance about how to proceed with the necessary adaptations. It is advised a deepening on the research related to this subject in a

* **Doutora** em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. **Professora** do Programa de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). **Coordenadora** do Núcleo de Estudos em Turismo Responsável, Acessível e Sênior (Netras-All).

** **Graduada** em Gestão do Agronegócios pela Universidade de Brasília, Campus Planaltina (FUP/UnB).

way to further support the knowledge and the quality of accessibility so the rural tourism can turn into a potentializer of social inclusion.

Keywords | Rural tourism, accessibility, hospitality, rota do Cavalo, Sobradinho

1. Introdução

A dinâmica da vida é transformadora, no início o homem tinha que se deslocar de um lugar para outro para sobreviver, pois se alimentava do que colhia da natureza. Com o decorrer dos tempos e com o desenvolvimento, o homem se fixou numa região e começou a plantar e colher. Daí por diante a evolução tecnológica modificou radicalmente o meio rural e como consequência dessas mudanças veio e êxodo rural.

Diante dessa nova realidade, os agricultores começaram a buscar alternativas para complementar a renda familiar, sejam agrícolas e não agrícolas, o que deu origem a pluriatividade rural. Corroborando, Graziano da Silva e Del Grossi (2002) mencionam que a pluriatividade incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros do domicílio, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agropecuárias.

O turismo, de forma geral, é um segmento em expansão que contribui para o desenvolvimento econômico e social da nação. Para Campos e Marodin (2013), o serviço turístico abarca vários setores da economia como o transporte, a alimentação, o lazer, a recreação e a hospedagem.

No caso do turismo rural, a experiência vivida pelo turista vai além desses serviços, pois envolve questões sensorial e sentimental, onde o indivíduo tem a oportunidade de interagir com a natureza experimentando momentos únicos e a oportunidade de descobrir o outro, pois em muitos casos o turista recebe a hospitalidade do proprietário e se

hospeda na própria casa da fazenda.

Por conseguinte, para progredir com a igualdade de direitos e oportunidades, é necessário à preocupação com o outro. Essa preocupação com o próximo pressupõe o acolhimento e, por conseguinte, a acessibilidade. Entende-se que um estabelecimento acessível elimina as barreiras desde o transporte, fornece informações seguras e disponíveis, atividades adequadas com profissionais preparados para atender as necessidades de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (PDMR) e ainda, instalações e móveis adaptadas, assegurando desta forma, a liberdade de ir e vir a todo e qualquer cidadão, independente de sua condição física. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo investigar a acessibilidade em estabelecimentos turísticos rurais pertencentes a Rota do Cavalo em Sobradinho/DF.

2. Contextualização teórica

2.1. O turismo e a hospitalidade

O setor de serviços tem crescido e um exemplo disso é o setor do turismo, devido à necessidade das pessoas por momentos de descanso e lazer, principalmente para as que vivem nos grandes centros urbanos. Essa necessidade atinge todos os grupos de pessoas independente da condição socioeconômica e principalmente de suas condições físicas.

Neste sentido, as PDMR têm buscado cada vez mais o seu direito à liberdade e principalmente com qualidade, o que inclui o turismo e todas as suas

possibilidades. Uma delas é o turismo rural, que se for elaborado de forma hospitaleira e observando as normas legais de acessibilidade pode atender a todas as pessoas de forma inclusiva. O turismo rural acessível é uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida, relaxar e recuperar as forças para retomar as atividades rotineiras.

O turismo se caracteriza como atividade de integração sociocultural, promovendo o intercâmbio de diferentes culturas e o estreitamento das relações entre as sociedades, com relevantes contribuições para a geração de renda e emprego (Zancan, Dantas & Campos, 2015).

Percebe-se que o turismo é uma oportunidade ímpar, imensurável de se conhecer lugares e pessoas com culturas e costumes diferentes dos nossos, pois geralmente nos deslocamos de onde moramos.

A compreensão do destino turístico, de acordo com Ashton, Tomazzoni & Emmendoerfer (2014), corresponde a territórios onde há pessoas que valorizam o turismo como um bem comum e atuam em prol da perenidade das organizações em ofertarem bens e serviços turísticos integrados, atendendo as demandas dos turistas com hospitalidade .

Reconhece-se que o turista quando se sente bem acolhido tende a voltar e indicar o local a outros, seja entre os amigos ou mesmo nas redes sociais. Isso favorece a imagem do estabelecimento e aumenta o fluxo de turistas. De acordo com Rocha e Petry (2015), a hospitalidade é uma área do conhecimento que possibilita seu entendimento em diversas dimensões, mas no geral, está vinculada às relações estabelecidas entre os indivíduos, a título de exemplo, entre o hóspede e o anfitrião.

Essa percepção vai além da relação direta dos indivíduos, é a preocupação em preparar o ambiente com antecedência para receber o outro de forma a gerar a sensação de bem estar pelo que é recebido.

Logo, a hospitalidade é o resultado da troca afetiva e relacional entre os seres humanos. De acordo com Severini (2015, pp.65), “a sensação

de hospitalidade é decorrente de uma somatória de percepções que leva em consideração aspectos físicos, naturais ou subjetivos.” O fato de se sentir acolhido com simpatia, disposição para ajudar, alegria e informação a disposição dá ao turista a sensação de segurança e bem estar durante a visita.

O fato do visitante se sentir bem acolhido, faz com que ele volte e indique o local a outras pessoas, principalmente quando se trata de uma PDMR. Portanto, um ambiente planejado e preparado para receber a todos com respeito e dignidade deve ser um ambiente totalmente acessível.

2.2. O contexto do turismo rural

A nova apresentação do meio rural como prestador de serviços envolve diversas áreas como a medicina, estética e também o turismo. Para Rimalho (2016), o turismo rural é conhecido como uma atividade que ocorre no meio rural, de forma que os proprietários integram o setor à produção, sendo o turismo considerado uma fonte para complementar a renda.

Segundo Azevedo e Rodrigues (2015, pp .133), “o turismo rural tem sido promovido pelas esferas públicas e privada como uma possibilidade para ampliar as diferentes funções no espaço rural, na perspectiva de descentralizar a renda e gerar novos empreendimentos.”

O turismo rural é uma escapatória da vida urbana e um refrigerio. Portanto, em conformidade com as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, estas atividades seriam entendidas como: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Brasil, 2010, pp.18).

De acordo com Brandão (2014), o desenvolvimento resulta de variadas e complexas interações

sociais que buscam o alargamento de possibilidades de determinada sociedade. O desenvolvimento vai além do crescimento econômico. Ressalta-se que para se obter um desenvolvimento satisfatório nas atividades rurais é necessário planejamento e infraestruturas que vão além da propriedade rural. A participação governamental é imprescindível para contribuir com o desenvolvimento de uma localidade.

Segundo Amaral (2016, pp.31), “a política, o planejamento e o desenvolvimento sustentável pressupõem que sejam conduzidos dentro de uma estrutura organizacional, conjunta, colaborativa e cooperativa, resultante de uma interação mútua entre setor público e o setor privado [...]”. O setor privado busca junto ao setor público apoio como a construção de pavimentação asfáltica, programa de apoio ao desenvolvimento local e financiamento, para o fortalecimento do território rural.

De acordo com Ramalho (2016, pp.229) “o turismo, quando planejado, é de grande valia para os destinos. Entretanto, para que haja o desenvolvimento, é necessária a soma de diversos aspectos, ou seja, ter somente a atividade turística como vetor de desenvolvimento pode ser uma visão muito micro do processo.”

O interesse pelo turismo rural intensifica as mudanças no âmbito social, político e econômico. Para Martins e Futemma (2013), o turismo rural, incentiva a melhoria da autoestima dos produtores rurais, valorizando seu estilo de vida, os seus costumes e a própria produção familiar.

Diante dessa nova configuração do espaço rural, vale ressaltar que a qualificação está correlacionada diretamente com a hospitalidade que por sua vez, está em conexão com a acessibilidade, revelando-se como um dos elementos responsáveis para o sucesso da atividade turística.

2.3. O turismo acessível

A liberdade de locomoção, a igualdade e a dig-

nidade da pessoa humana é um direito de todos os brasileiros independente de sua condição financeira ou física garantido pela Constituição Federal de 1988.

Em conformidade com Duarte et al. (2015, pp.539),

A questão da inclusão social das pessoas com deficiência é fator fundamental no desenvolvimento do país, uma vez que devem ser garantidos, além dos direitos constitucionais de ir e vir o acesso à informação e à comunicação, níveis mais elevados de qualidade de vida por meio de atividades de lazer e turismo, todos esses são elementos dos direitos humanos e da cidadania.

Muito se tem discutido, recentemente, acerca de mobilidade e acessibilidade. Pesquisas de diversas áreas do conhecimento tem levantado essa questão devido à fragilidade que afeta o exercício da cidadania.

Segundo Pero e Mihessen (2013, pp.26), “o conceito de acessibilidade evoluiu, passando também a considerar de maneira mais enfática a acessibilidade universal e os meios internacionalmente difundidos para o atendimento a cadeirantes e pessoas com dificuldades de locomoção, como as rampas de acesso etc.”

Uma definição apropriada sobre acessibilidade é da ABNT NBR 9050 (2004, pp.2), “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.”

Convém lembrar que o turismo acessível é composto por medidas que promovem a inclusão social e o acesso à atividade turística às PDMR. A acessibilidade afeta todas as áreas da sociedade e no setor do turismo é um diferencial que garante qualidade na prestação do serviço e uma importante vantagem competitiva, pois geralmente as PDMR sempre andam acompanhadas por um parente ou

amigo.

Enfatiza-se ainda que o fato de compreender essas limitações e restrições, nos possibilita aumentar a independência dessas pessoas, ajustando adequadamente os ambientes e os estabelecimentos públicos e privados, deixando-os livre de barreiras como sobre salto nas portas, calçadas sem rampas de acesso, escadas sem barras de apoio, piso sem revestimento tátil, etc. Essas medidas são necessárias para que haja a inclusão social por meio de atitudes pessoais e políticas públicas para trazer as PDMR para uma sociedade na qual elas nunca fizeram parte até então.

O turismo acessível é visto como o compromisso de se ofertar soluções e respostas, conjuntas ao nível do território, pressupondo o envolvimento das várias entidades, do setor público, privado e associativo de diferentes áreas de atividade e não somente a exclusividade do setor do turismo (Nunes, 2011).

O turismo acessível, mais especificamente, surge como potencial motivador da inclusão social, visando à ampliação da participação de todos em tal atividade, com a finalidade de proporcionar às pessoas a oportunidade de acesso a atividades comuns e não em grupos isolados e estigmatizados (Duarte et al., 2015).

Finalmente, no que diz respeito a uma sociedade globalizada e moderna, é necessário ver o outro como igual em todos os sentidos. Portanto, não há democracia, sem acessibilidade informativa, cultural, social e econômica, por forma a não excluir ninguém, porque ninguém é dispensável (Cunha, 1998).

Em vista dos argumentos apresentados, a cidadania para as PDMR, refere-se a ideia de inclusão social e envolve questões culturais, mercado de trabalho, inclusão política e civil, lazer, diversão e qualquer tipo de entretenimento.

3. Metodologia

Este trabalho procura realizar uma discussão teórica sobre os temas turismo, hospitalidade, turismo rural e turismo acessível, bem como expor uma análise do espaço turístico rural da cidade satélite de Sobradinho no Distrito Federal (D.F).

Para tanto, foi aplicado um roteiro de entrevista com questões abertas e fechadas, com a intenção de identificar as condições da acessibilidade nos estabelecimentos turísticos no meio rural de Sobradinho/D.F. O roteiro de entrevista foi composto por cinco blocos. Nos blocos A e B abordou-se a caracterização do respondente e do estabelecimento; bloco C adaptação do estabelecimento; bloco D divulgação da adaptação do estabelecimento e o bloco E, as PDMRs como segmento de mercado/cliente em potencial. Além da aplicação do roteiro, foram tiradas fotos dos locais para investigar como era a acessibilidade, de fato, dos mesmos.

Para a identificação dos estabelecimentos a serem investigados, buscou-se junto a Administração Regional e na Secretaria de Turismo de Sobradinho D.F. um roteiro dos destinos turísticos rurais para pesquisa de campo, onde nos foi apresentado uma lista com o telefone, nome dos proprietários e endereço dos estabelecimentos. A princípio, foram apresentadas 36 propriedades rurais que fazem parte da zona rural de Sobradinho e estão localizadas na Rota do Cavalo, porém, somente treze dessas propriedades faziam parte da roteirização turística implantada em 2013 pela Secretaria de Turismo do D.F. e atualmente, apenas duas propriedades estavam funcionando.

Portanto, foram entrevistados dois estabelecimentos localizados na área rural de Sobradinho D.F. no segundo semestre de 2015 e como forma de diferenciá-los os mesmos foram denominados como estabelecimentos A e B, pois os proprietários não autorizaram a divulgação dos nomes no presente trabalho.

4. Análise dos dados

O objetivo desse trabalho refere-se a investigação da acessibilidade física dos estabelecimentos rurais localizados na Rota do Cavalo - roteiro turístico localizado na cidade de Sobradinho (Distrito Federal). O intuito do estudo foi diagnosticar a existência ou não de adaptações para PDMR e investigar se as mesmas atendiam a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Além disso, procurou-se investigar a frequência das PDMR nos estabelecimentos investigados e se essa procura se dava em função das adaptações existentes ou não.

Como já mencionado, o local escolhido para a coleta de dados foi a cidade de Sobradinho. A escolha desta cidade se deve ao fato de ser próxima a Capital Federal e por ser considerada a "Cidade Serrana do Planalto Central". Sobradinho possui estabelecimentos voltados ao turismo rural, o que viabilizou o estudo. Tal cidade surgiu durante a construção de Brasília, pela necessidade de alojar definitivamente as famílias imigrantes dos diversos estados brasileiros e foi oficialmente fundada em 1960. É uma cidade satélite que fica a 22 km da região central do Plano Piloto, sendo convidativa ao turismo rural, pois é cercada por muitos morros e cachoeiras, possuindo um clima ameno.

A região escolhida na cidade de Sobradinho para a realização do estudo foi a Rota do Cavalo, que é um tipo de roteirização formado por ranchos e centros de treinamentos equestres, escolas, haras no qual encontram-se restaurantes rurais e outros tipos de serviços voltados ao turismo rural. São estabelecimentos localizados entre quatro rodovias distritais (BR-020, DF-001, DF-330 e DF-440).

De acordo com Brasil (2015), a roteirização turística é uma estratégia para diversificar a oferta turística e estruturar destinos. Deste modo, a roteirização forma um tipo de aglomerados turísticos que objetiva despertar a atenção e o interesse dos turistas.

4.1. Caracterização dos estabelecimentos e respondentes pesquisados

Para facilitar a identificação dos estabelecimentos os mesmos foram denominados como estabelecimentos A e B.

Dentre o perfil dos mesmos, o estabelecimento A tem 20 anos de atividade e 15 funcionários fixos, já o estabelecimento B atua há 18 anos no ramo de turismo rural e tem 20 funcionários fixos. Sobre o perfil dos entrevistados, o respondente do estabelecimento A ocupa o cargo de administrador, tem 28 anos de idade e é do sexo masculino. No estabelecimento B a respondente ocupa o cargo de gerente, tem 52 anos de idade e é do sexo feminino. Em relação ao tempo de trabalho no estabelecimento para ambos a resposta foi de 11 anos ou mais, isso demonstra que o tempo de serviço no empreendimento é representativo.

4.2. Adaptação do estabelecimento turístico

Como o foco desta pesquisa está direcionado às PDMR, foi questionado se na visão dos entrevistados, o estabelecimento encontrava-se adaptado ou não. A resposta do administrador estabelecimento A foi sim para essa questão. Mas o que se observou é que nem todo ambiente é acessível, como exemplo tem-se a área de lazer que é liberada para utilização não possui acessibilidade pois não possui rampa.

Outra questão observada no estabelecimento A sobre a acessibilidade incompleta é o estacionamento, não tem vaga demarcada exclusiva para deficientes e nem para idosos, é de cascalho e totalmente desnivelado e com buracos, o que dificulta o acesso de cadeira de rodas, ou mesmo o acesso independente de um deficiente visual, por exemplo.

No entanto, quando o respondente B foi questionado quanto ao estabelecimento ser ou não adaptado, a gerente num primeiro momento res-

pondeu que sim e até aceitou que o nome do estabelecimento fosse divulgado no presente trabalho. Contudo, no decorrer da entrevista com a sequência de questionamentos ela percebeu que o estabelecimento não era adaptado e pediu para não divulgar o nome do estabelecimento, pois considerou que isso seria prejudicial à imagem do estabelecimento B.

Quando indagados a respeito da importância de ter instalações adaptadas, o estabelecimento A disse que, “a importância era de manter o respeito e a dignidade das pessoas que precisam.” Para essa questão o estabelecimento B disse que se as instalações fossem adequadamente adaptadas eles “poderiam receber um maior número de pessoas e atender com mais qualidade aos deficientes”. Isso demonstra que, embora os estabelecimentos não fossem totalmente adaptados, os respondentes reconhecem a importância de ter suas adaptações adequadas a esse público.

Verificou-se que quando questionado em relação ao tempo de adaptação dos estabelecimentos, o estabelecimento A respondeu que a adaptação foi feita em 2014. O estabelecimento B não possui banheiros adaptados, mas disse que em 2016 seria realizada uma reforma para tornar os banheiros acessíveis, porém em visita posterior feita em maio de 2016, não se observou nenhuma mudança no estabelecimento B.

4.3. Divulgação da adaptação do estabelecimento turístico e PDMRs como segmento de mercado/cliente em potencial

O próximo questionamento foi se o estabelecimento possuía endereço eletrônico na web e ambos entrevistados disseram que possuem endereço eletrônico, mas quando indagado se divulgam a acessibilidade no site, ambos responderam que não divulgam se possuem acessibilidade ou não e nem mesmo em outros veículos de comunicação.

Não especificaram o motivo para não divulgar.

Quando perguntou-se sobre a procura de PDMR e suas famílias pelo estabelecimento, as respostas foram: estabelecimento A foi que “Existem vários clientes cadeirantes, mas a procura pelo estabelecimento não creio estar ligada à acessibilidade, mas a qualidade de nosso serviço”. No caso do estabelecimento B a resposta foi que: “não são muitos PDMR que procuram, mas temos esse objetivo”.

Em relação à resposta da gerente do estabelecimento B, o que observou-se durante as visitas feitas e até mesmo em conversas com a própria gerente e o proprietário, é que eles têm um fluxo de clientes PDMRs sim.

Quando questionado sobre a relação entre as suas instalações adaptadas e a procura das PDMRs pelo estabelecimento, o estabelecimento A respondeu que “não acredito que o fato de termos algumas adaptações tenha aumentado a visita”. Já o estabelecimento B disse que “acho que se fosse perfeito e totalmente adaptado aumentaria a demanda.” Ambos consideram as adaptações do estabelecimento importante para o bom atendimento ao cliente. Verifica-se que o estabelecimento B reconhece que, se tivesse seu estabelecimento adaptado, poderia aumentar o fluxo de PDMR.

Por fim, foi questionado se existe ou não uma preocupação em permitir que todos (pessoas com ou sem deficiência) usufruam de todos os serviços prestados pelo estabelecimento. A resposta do estabelecimento A foi que “não, pois algumas áreas do estabelecimento são bastante acidentadas. O que inviabiliza essas adaptações, mas enquanto restaurante todos podem usufruir com conforto e comodidade.” O estabelecimento B respondeu que sim, porque aumentaria o fluxo de visitantes em nosso espaço”.

Baseado nas questões fechadas do roteiro, verificou-se que a deficiência que mais chama a atenção dos entrevistados e dos proprietários é a motora e que as adaptações são sempre voltadas

a esse tipo de deficiência, mesmo que não sejam adaptações dentro das normas da ABNT. Não observou-se nenhuma acessibilidade ou mesmo preocupação com os demais tipos de deficiência, como por exemplo, a deficiência visual.

A norma 9050 da ABNT referente à acessibilidade orienta como deve ser feita a adequação dos equipamentos, serviços, espaços e mobiliários. O documento estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações,

transportes, informação, comunicação e instalações abertos ao público, de uso privado ou coletivo, tanto no meio urbano como rural, por PDMR (ABNT NBR 9050, 2015). Porém, as diretrizes são apenas como forma de sugestão. No quadro 1 apresenta-se um comparativo entre alguns autores e a realidade constatada. Numa segunda parte do quadro apresenta-se um comparativo entre as diretrizes da ABNT 9050 e o que se encontrou nos estabelecimentos visitados.

Quadro 1 | Quadro comparativo entre a teoria e a prática

TEORIA	PRÁTICA
Turismo Rural Acessível	Turismo Rural Acessível em Sobradinho DF
Segundo Duarte et al. (2015), o turismo acessível mais especificamente surge como potencial motivador da inclusão social, visando à ampliação da participação de todos em tal atividade, com a finalidade de proporcionar às pessoas a oportunidade de acesso a atividades comuns e não em grupos isolados e estigmatizados.	O turismo rural em Sobradinho tem se apresentado pouco hospitaleiro no que tange a acessibilidade. A falta de informação e entendimento sobre o que é realmente acessibilidade tem sido uma barreira nos estabelecimentos pesquisados.
Para Nunes (2011), a acessibilidade não está ligada só as pessoas portadoras de deficiência. Contudo, em qualquer altura da vida, a saúde que temos hoje podemos não ter amanhã, e assim, podemos tornar dependentes de ajuda de terceiros.	Encontrou-se nos estabelecimentos visitados a presença de muitos idosos. Porém, as adaptações voltadas a esse tipo de cliente eram precárias ou mesmo inexistentes.
ABNT NBR 9050 ATUALIZADA EM 2015	ACESSIBILIDADE NO TURISMO RURAL DE SOBRADINHO DF
Área de aproximação: espaço sem obstáculos, destinado a garantir manobra, deslocamento e aproximação de todas as pessoas, para utilização de mobiliário ou elemento com autonomia e segurança.	Por serem espaços rurais, ambos os restaurantes são amplos e possuem boas áreas de manobra, deslocamentos e aproximação, garantindo assim a circulação de todas as pessoas.
Banheiro acessível: cômodo que dispõe de chuveiro, banheira, bacia sanitária, lavatório, espelho e demais acessórios adequados para a utilização com segurança para todas as pessoas.	No estabelecimento A o banheiro é acessível aos cadeirantes e idosos. Porém, não possui acessibilidade aos deficientes visuais. O estabelecimento B não possui nenhum tipo de acessibilidade.
Rampa: inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento, com declividade igual ou superior a 5%.	Na área do estabelecimento A à área interna possui rampas de acesso, mas o mesmo não ocorre na área externa. Já o estabelecimento B possui rampa somente na área de acesso ao buffet, nas demais áreas só há escadas e sem corrimão.
Piso tátil: piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente as pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional.	Não se observou nenhum tipo de adaptação a deficientes visuais e ambos os estabelecimentos não possuem piso tátil.

Fonte: Elaboração própria

Tendo em vista que este trabalho tem o foco no turismo rural acessível, onde o destino é a Rota do Cavalo em Sobradinho DF, a comparação foi realizada somente dentro do contexto dos estabelecimentos visitados no período da pesquisa.

5. Conclusão

A proposta de turismo rural acessível é um enfoque relativamente novo, mas com grande po-

tencial de inclusão social, pois por muito tempo a inclusão das PDMR era vista somente como um problema da família e das entidades especializadas que se responsabilizavam pelos cuidados. Porém, analisando os diversos autores pesquisados, observou-se que progressivamente o turismo de forma geral tem assumido uma atitude crítica e preocupada com a integração das PDMR.

Levando-se em consideração o que foi mencionado na revisão literária é necessário que iniciativas públicas e privadas continuem centradas neste público, para que futuramente possa dar respostas positivas a essas necessidades e que a inclusão não seja uma exceção e sim uma constante na sociedade como um todo.

Diante da precariedade da acessibilidade encontrada na pesquisa de campo, vê-se a necessidade de uma melhor capacitação profissional e políticas públicas de estímulo voltada a prática da acessibilidade no turismo rural.

Em face aos dados apresentados, constata-se que a acessibilidade no turismo rural é um elemento que contribui para a qualidade de vida das PDMR e ao mesmo tempo, na medida em que se qualifica o acesso aos serviços, melhora-se também a competitividade do estabelecimento e sua visibilidade.

Conclui-se que a legislação brasileira voltada para os direitos das PDMR é bem completa. No entanto, tais leis precisam ser implementadas e fiscalizadas de maneira eficaz, para que se possam construir ações conjuntas para a facilitação da acessibilidade, o que possibilitará a inclusão social.

Por fim, entende-se que a acessibilidade é importante para o desenvolvimento do turismo rural, pois não é possível existir desenvolvimento sem acessibilidade. Quando se dá prioridade às necessidades do outro e se coloca em seu lugar é que o verdadeiro desenvolvimento surge.

Referências

- ABNT, NBR 9050 (2004). *Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos* (segunda edição). Disponível em [http://pt.scribd.com/doc/7323906/NBR-9050-2004-acessibilidade-a-es-rio Espacos-e-Equipamentos-Urbanos](http://pt.scribd.com/doc/7323906/NBR-9050-2004-acessibilidade-a-es-rio-Espacos-e-Equipamentos-Urbanos) Acesso em novembro de 2015.
- ABNT, NBR 9050 (2015). *Acessibilidade a edificação, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. (3ª edição), 2015. Disponível em ><http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos%5Bfieldgenericoimagens-filefield-description%5D164.pdf>> Acesso em junho de 2016.
- Amaral, M. I. C. (2016). A Cooperação Entre os Stakeholders e o Desenvolvimento Turístico dos Territórios Rurais - O Caso da Sub-Região do Baixo Alentejo (Alentejo – Portugal). *Revista Turismo – Visão e Ação – Eletrônica*, V. 18 – n.1; p.29-59. Jan.-Abr. .
- Ashton, M. S. G., Tomazzoni, E. L. & Emmendoerfer, M. L. (2014). *Turismo em cidades criativas e validação de novos destinos turísticos competitivos*. Disponível em > <http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.10/Anais/DPG4/100.pdf>>. Acesso em outubro de 2015.
- Azevedo, R. M. M. & Rodrigues, C. G. O. (2015). Políticas públicas e turismo rural: em estudo acerca das possibilidades e limitações no município de Apodi (RN). *Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro*, v. 15 n.2., p. 131-145, ago.
- Brandão, A. L. R. (2014). *O Turismo Convencional e o Contra-Hegemônico de Canoa Quebrada e Jericoacoara-CE*. Fortaleza-CE.
- Brasil (2015). Ministério do Turismo. *Rede de Cooperação para Roteirização*. 26 de maio de 2015. Disponível em < <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/52-rede-de-cooperacao-para-roterizacao.html>> Acesso em novembro de 2015.
- Brasil (2010). Ministério do Turismo. *Turismo Rural: Orientações Básicas*. 2ª edição. Brasília, p.18/34. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: setembro de 2015.
- Campos, D. F. & Marodin, T. G. (2013). El uso de matrices de oportunidad para el análisis de los servicios hoteleros en la ciudad de Natal, Brasil. *Estudios y Perspectivas em Turismo*. V.22. p. 661- 681.
- Cunha, Rui (1998). *Cidades Acessíveis Instrumentos e Metodologias de Intervenção*. Ação Social/CML. Guache – Artes Gráficas.

- Duarte, D. C. et al. (2015). Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 9(3), p. 537-553. Set./dez.
- Graziano da Silva, J. & Del Grossi (2002). *A pluriatividade da agricultura brasileira*. Disponível em >www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congresem/sober1.html>. Acesso em: setembro de 2015.
- Martins, M. R. & Futeemma, C. (2013). A Inserção da Juventude no Turismo no Espaço Rural e a Construção da Hospitalidade Local: o caso dos Assentados Ipanema (Iperó – SP). *Revista Turismo Em Análise*. v. 24, n. 3, pp. 601-626. dezembro.
- Nunes, A. A. (2011) *Turismo acessível: O Caso da Lousã*. Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra. Portugal.
- Pero, V. & Mihessen, V. (2013). Mobilidade Urbana e Pobreza no Rio de Janeiro. *Revista Econômica – Niterói*, v. 15, n 2, p. 23-50 dez.
- Ramalho, M. M. C. (2016). Estudos Sobre o Turismo no Espaço Rural em Barra do Pirai e sua Relação com o Desenvolvimento. *Revista Turismo – Visão e Ação – Eletrônica*, V. 18, n. 2, p. 223-250, maio – Ago.
- Rocha, E. S. & Petry, T. R. E. (2015). Acolhimento e Hospitalidade: o caso do Museu Comunitário Engenho do Sertão – Bombinhas, SC. *8º Semintur. Roda Conversações sobre Hospitalidade*. Caxias do Sul (RS).
- Severini, V. F. (2015). Hospitalidade Urbana: a arte de conviver e bem receber nas grandes cidades. *8º Semintur. Roda Conversações sobre Hospitalidade*. Caxias do Sul (RS).
- Zancan, C., Dantas, A. B. & Campos, V. O. (2015). Estrutura de serviços de varejo nas redes de hospedagem brasileiras. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 9(2), p. 278-297, maio/ago.